

francisco da silva borba

teoria
sintática

EDUSP
EDUSP

FRANCISCO DA SILVA BORBA
(Departamento de Linguística — Campus de Araraquara — UNESP)

TEORIA SINTÁTICA

T. A. QUEIROZ, EDITOR
EDITORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
São Paulo

SUMÁRIO

I — NÍVEIS DE ADEQUAÇÃO TEÓRICA, 1

1. *Objetivos*, 1
Teoria lingüística e teoria sintática, 1
Montagem deste manual, 6
2. *Esboço histórico*, 8
3. *Conceitos de Sintaxe*, 14
Referências bibliográficas, 17

II. — SINTAXE PSICOLÓGICA, 19

1. *Posturas teóricas*, 19
Linguagem e pensamento, 19
Alguns conceitos fundamentais, 21
Método, 24
2. *Teoria da oração*, 25
Conceito e natureza da oração, 25
As partes do discurso, 28
Estrutura oracional mínima, 32
Relações intra e inter-oracionais. Coordenação e subordinação, 38
Classes de orações, 43
3. *Avaliação*, 47
O subjetivismo, 47
O conceito de oração, 47
Sujeito e Predicado, 48
As partes do discurso, 49
Os tipos oracionais, 50
A palavra, 51
Sintaxe regular e irregular, 51
Referências bibliográficas, 51

III — SINTAXE ESTRUTURAL (S₂), 53

1. *Posturas teóricas*, 53

Língua e fala, 53

Questões de método, 56

2. *Análise sintática*, 58

Procedimentos analíticos, 58

Unidade sintática, 61

Sintagma e sintagmática, 63

Função sintática, 67

Níveis de análise, 69

Segmentação, 69

Classificação, 73

3. *Modelos descritivos*, 94

Descrição, 94

Modelo, 96

Sintaxes funcionais, 97

A Sintaxe Funcional de Martinet, 100

A Sintaxe Translativa de Tesnière, 105

A Sintaxe Tagmêmica de Pike, 113

Sintaxes distribucionais, 121

A Sintaxe Distribucional de Harris, 122

A Sintaxe de Constituintes Imediatos (CI_s), 124

Análise em cadeias (Harris), 136

4. *Sintaxe estrutural e teoria dos grafos*, 145

Linguística e teoria dos grafos, 145

Tipos de representação gráfica, 148

Diagramas, 148

Colchetes ou parênteses, 152

Caixas (Hockett), 152

Grafos simplificados ou alterados, 153

5. *Avaliação*, 156

Alcance do estruturalismo, 156

Morfologia e Sintaxe, 157

Sintaxe e taxionomia, 158

Referências bibliográficas, 159

IV — SINTAXE TRANSFORMACIONAL (S₃), 161

1. *Introdução*, 161

2. *Linguagem e pensamento*, 162

A conexão entre linguagem e pensamento, 162

- Esboço histórico do problema, 163
Linguagem e capacidade cognitiva, 165
3. ***O objeto da investigação***, 167
 - Dados e fatos, 167
 - Natureza dos estudos sintáticos, 168
 4. ***Dois conceitos fundamentais***, 172
 - Gramática, 172
 - Modelo, 173
 5. ***Método***, 175
 - As hipóteses, 175
 - A seleção dos argumentos, 176
 6. ***A formalização da sintaxe***, 179
 - O conceito de forma, 179
 - A noção de sistema formal, 180
 - Gramáticas formalizadas, 181
 7. ***As primeiras versões da gramática transformacional***, 183
 - A proposta de Harris, 183
 - O primeiro modelo de Chomsky, 193
 8. ***A teoria padrão***, 202
 9. ***A teoria padrão ampliada***, 224
 10. ***Sintaxe e semântica***, 236
 - As relações entre o componente sintático e o semântico, 236
 - Fillmore e a gramática de casos, 239
 - A perspectiva de Pottier, 258
 11. ***Avaliação***, 263
 - O dinamismo de uma teoria, 263
 - As incompatibilidades da filiação histórica, 265
 - A crítica ao estruturalismo, 265
 - Os objetivos da investigação, 266
 - A formalização, 266
 - Os métodos, 267
 - A perspectiva da língua inglesa, 268
 - O teste de gramaticalidade: intuição e norma, 270
 - Competência e atuação, 274
 - Estrutura profunda e estrutura superficial, 274
 - Os enganos da terminologia, 275
- Referências bibliográficas***, 276

V — CONSTANTES E VARIÁVEIS EM SINTAXE, 279

1. *Características da linguagem humana*, 279

2. *Gramática universal*, 280

3. *Universais substantivos*, 281

4. *Universais formais*, 287

As restrições em sintaxe, 287

Hipóteses sobre as propriedades formais da linguagem, 296

Referências bibliográficas, 298

Exemplário, 301

Abreviaturas e símbolos, 303

Índice terminológico, 307

I

NÍVEIS DE ADEQUAÇÃO TEÓRICA

1. OBJETIVOS

Teoria lingüística e teoria sintática. A teoria sintática é apenas uma parte da teoria lingüística que, por sua vez, constitui um aspecto dos estudos sobre a linguagem, também estes englobados por uma categoria maior: a semiologia geral.

A vantagem de uma teoria não está simplesmente na sua coerência interna ou no seu grau de abrangência em relação aos fenômenos que pretende explicar, mas também na maneira como se ajusta a outras teorias mais gerais ou, então, que se aplicam a fatos conexos. Assim, os aspectos da teoria que pretendo apresentar deverão necessariamente ajustar-se a uma teoria lingüística cujos postulados e pressupostos sejam, na essência, os mesmos ou da mesma natureza. Por exemplo, apesar das opiniões em contrário, coloco a Lingüística entre as ciências fatuais não só porque seu objeto é material e seu critério de verdade é a verificação, mas ainda porque explica fatos e formula predições sobre eles¹. Mesmo quando constrói hipóteses sobre o funcionamento da linguagem humana, têm elas que apresentar alguma evidência empírica ou conteúdo observacionalmente testável. Desse modo, quer manipule dados quer explique fatos, a Sintaxe não perde sua natureza em-

1. Partindo do princípio de que a Lingüística *só* deve explicar *como* as pessoas falam e não propriamente o que elas dizem, certos filósofos (como Koller, cf. Bach, *Synt. Th.*, 1974, p. 10) negam à Lingüística o estatuto de ciência empírica. Não sendo empírica, será uma ciência formal, cujo objeto é ideal, cujo método é dedutivo e cujo critério de verdade é a própria consistência e não contradição de seus enunciados, que serão forçosamente analíticos, isto é, deduzidos de postulados e teoremas.

pírica². Isso quer dizer que podem variar os detalhes — os procedimentos ou certas técnicas — mas, nos fundamentos, uma teoria engloba a outra, já no tocante às etapas que percorre já com respeito aos objetivos que se propõe alcançar. Na verdade, qualquer teoria científica não apenas postula a validade de seus conceitos e axiomas básicos, mas, principalmente, procura fixar a natureza e os limites de seu campo de atuação, partindo de um ponto de vista bem determinado e usando terminologia e métodos específicos, mesmo que seu escopo mais distante seja contribuir para uma teoria do conhecimento humano.

A tarefa central da Lingüística é determinar a natureza da linguagem, e não é difícil demonstrar como esta última faz parte de um conjunto mais geral de características humanas. Basta lembrar que a aquisição da linguagem se faz por etapas cuja seqüência é tão espontânea que seria difícil negar a existência de uma capacidade inata de construção determinando a forma e, em grande parte, o conteúdo do sistema que se desenvolve. Precisa haver condições externas adequadas, é claro, mas a habilidade lingüística natural leva a criança a aprender a língua do seu meio de maneira eficiente. Ora, essa aprendizagem é facilitada também pela própria natureza da linguagem cujo traço fundamental é ser *uniforme*, sem o que a aprendizagem seria praticamente impossível. Entende-se por uniformidade a propriedade que tem a linguagem humana de impedir que a variação das línguas, mesmo permitida em grande escala, ultrapasse os limites física e logicamente possíveis.

O ponto de partida para melhor compreender a linguagem estaria no próprio falante e consistiria em descobrir o que é que ele sabe sobre a linguagem e sobre a língua que usa. Neste sentido, a Lingüística tem procurado construir gramáticas universais e gramáticas particulares, entendendo as primeiras como uma teoria da linguagem capaz de caracterizá-la e capaz de delimitar os tipos de línguas naturais³ possíveis e as segundas como a parte da teoria geral que procura construir modelos explicativos da competência do falante nativo.

2. Uma gramática encerra um conjunto de regras que podem ser seguidas ou não, mas que não precisam necessariamente ser testadas pelo critério lógico de falso/verdadeiro. Esse conjunto de regras constitui a base para as predições que serão testadas sempre pelas reações do falante, quer dizer, é preciso verificar se o falante nativo aceita ou não os enunciados construídos a partir de tais regras.

3. Língua natural é o sistema verbal usado pela comunidade humana para comunicação mútua, herdado socialmente, e não inventado conscientemente como, por exemplo, uma língua gerada por um computador, ou aquele tipo de linguagem abstrata inventado pelos lógicos.

É realmente muito difícil desenvolver uma pesquisa sem procurar avaliar o que os falantes sabem do que falam e ouvem, pois uma parte desse conhecimento independe da língua, mas a outra pertence ao sistema particular que manipulam. Por isso, a linguagem, como fenômeno cultural e psicológico, não pode ser convenientemente estudada sem levar em conta essa intuição⁴.

O aspecto mais palpável da língua é sua manifestação concreta em atos de fala. Ora, a cadeia falada é uma seqüência fônica que, para ser descrita (e transcrita), necessita obrigatoriamente de um suporte teórico, que permite descobrir, num conjunto de dados brutos, o que é relevante para a descrição. Lembre-se de que eu disse que a Lingüística é uma ciência empírica sem com isso querer afirmar que seus dados sejam eventos puramente físicos. Por outro lado, o falante julga que muitas seqüências se repetem no decorrer do discurso. A comunidade lingüística, porém, só aceita uma parte dessas repetições como *tipos* e, como é óbvio, esse *juízo de identidade* varia muito de língua a língua.

Qualquer teoria lingüística deve começar por privilegiar os dois aspectos fundamentais da linguagem: o componente fonológico e o componente sintático⁵. A teoria fonológica selecionará, dentre os aspectos físicos da fala, aquilo que tem importância para a língua e, portanto, investigará como os sons relevantes se organizam. A teoria sintática descobrirá não só aquelas propriedades das seqüências que levam os falantes a aceitar umas e a rejeitar outras como também todos os aspectos da estrutura e das inter-relações entre as construções. Isso significa que o objetivo último da teoria não é a descrição dos dados, mas a explicação dos fatos. Por aí ela demonstrará como os sons se relacionam com os significados para constituir a comunicação.

Tal posicionamento leva a teoria primeiro à construção de modelos e, depois, à seleção do mais adequado deles.

A partir de Chomsky (cf. *Current Issues...*, 1970, p. 34) costuma-se apresentar três níveis de adequação de modelos: o observacional, o descritivo e o explicativo.

4. Entenda-se intuição, aqui, como conhecimento imediato que, por sua evidência, não necessita de recurso à experiência ou ao raciocínio. Nesse sentido, o termo pode ser associado àquilo que tradicionalmente se conhece por *sensibilidade da língua*, ou maneira como cada um *sente* a língua.

5. Há correntes que consideram o componente semântico como uma consequência do sintático, tratando os dois componentes numa só teoria integrada. Para outras, os dois se articulam num nível subjacente, tendo, fora daí, mecanismos diferenciados (ver p. 226-227 e 237).

O nível observacional diz respeito à apresentação de dados primários, isto é, de enunciados efetivamente realizados. Uma teoria construída na base da organização desses dados teria interesse reduzido por não ser suficiente para predizer que tipos de enunciados são possíveis na língua, e uma gramática só seria observacionalmente adequada se tivesse esse caráter preditivo⁶.

Uma gramática alcança nível de adequação descritiva se dá conta das intuições⁴ lingüísticas do falante nativo, ou seja, se consegue explicar sua competência⁷ intrínseca. Essa adequação descritiva abrange não só as descrições estruturais correspondentes ao saber intuitivo, mas ainda as regras consideradas em si mesmas.

Os termos *adequação observacional* e *descritiva* comumente se aplicam à gramática ou à teoria de línguas particulares, mas podem estender-se à *teoria geral* ou à *metateoria* das gramáticas. A adequação observacional raramente é aplicada à teoria geral; a descritiva se define em termos de uma classe de gramática que possa fornecer os critérios gerais para a construção de qualquer gramática adequada descritivamente.

A adequação explicativa só se aplica à teoria geral cuja estrutura interna procura equacionar e discutir. Uma teoria é, então, explicativamente adequada se fornecer os princípios básicos para selecionar gramáticas descritivamente adequadas. Será ela explicativa na medida em que responder por que os falantes têm a gramática que têm, ou melhor, na medida em que fornecer a descrição de uma gramática psicologicamente real para o falante. Note-se, porém, que se está usando o termo *explicação* em sentido bastante restrito: o de que a teoria deve também explicar como o falante adquire a língua. Neste caso há questões suplementares a que se deve responder. Uma delas é saber qual a *classe de gramáticas* a partir do que se escolhem gramáticas de línguas particulares e outra é saber como a criança seleciona, para sua língua,

6. Bach (*op. cit.*, p. 238) chama a atenção para a ambigüidade intencional estabelecida na discussão dos dados primários quando tais dados visam à construção de gramáticas. Se se estiver pensando na aquisição da linguagem pela criança, então os dados primários são os enunciados a partir dos quais ela aprende a língua e a gramática, sua competência internalizada; mas também se pode pensar na maneira como o lingüista constrói uma gramática. Essa ambigüidade, porém, só é legítima se a teoria tiver pretensões psicológicas. Neste caso ela procurará reconstruir explicitamente o que a criança faz por causa de suas habilidades lingüísticas inatas e, assim, abrangerá um conjunto de hipóteses sobre as habilidades lingüísticas da mente humana.

7. A competência é o saber implícito do falante, a capacidade que ele tem para entender, reconhecer e produzir orações de sua língua, quaisquer que sejam elas.

uma gramática apropriada partindo de uma classe delas. No primeiro caso, põe-se o problema das limitações na forma e no conteúdo das gramáticas e, no segundo, o da seleção entre as gramáticas possíveis.

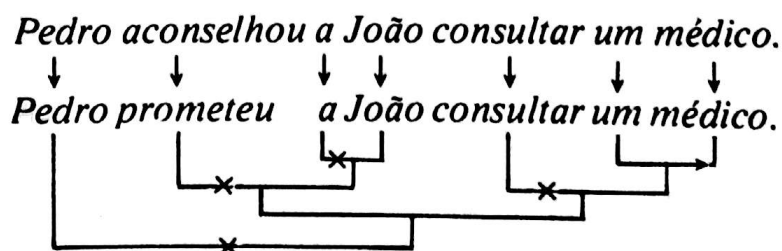
Numa aplicação mais geral, porém, a noção de explicação parece ser relativa uma vez que as hipóteses ou teorias não fornecem uma explicação final. Por isso é legítimo perguntar *em que sentido* uma única gramática é descritivamente adequada para explicar fatos de uma língua. É o que leva a procurar procedimentos de seleção ou *medidas de avaliação (evaluation metric)*. Há várias maneiras de equacionar o problema. Antes de Chomsky, o processo seletivo era concebido em termos de um conjunto de operações de segmentação e classificação aplicável a um *corpus* ou amostra. Da análise resultaria a gramática do *corpus* em questão. Não havia, por assim dizer, conclusões sobre a *forma* dessa gramática, visto que a teoria fornecia apenas um conjunto de categorias mórficas: fonemas, morfemas, classes de fonemas e morfemas etc.. O mérito de Chomsky e de seus colaboradores foi chamar a atenção para as classes possíveis de gramática, levantando, por conseguinte, o problema da seleção de uma entre elas. Chomsky sugere que tal escolha seja feita por comparação e a partir de uma teoria geral da linguagem. O tipo de evidência que forneceria a hipótese correta sobre a medida de avaliação se vincula à evidência exigida para a adequação descritiva. Assim, para uma medida de avaliação A e duas gramáticas G_1 e G_2 , A só selecionará G_1 se ela for descritivamente mais adequada que G_2 .

Suponhamos, por exemplo, que, diante de duas teorias sintáticas — uma de constituintes (TC) e uma transformacional (TT) — tivéssemos que decidir qual a mais adequada para a análise de conjuntos como o seguinte:

(1) *Pedro aconselhou a João consultar um médico.*

(2) *Pedro prometeu a João consultar um médico.*

A análise de constituintes forneceria os mesmos componentes para as duas orações sugerindo as mesmas relações sintáticas entre eles. De fato, a representação gráfica da estrutura de constituintes seria a mesma para os dois enunciados:



A análise transformacional, preocupada talvez com a interpretação semântica, descobriria que se trata de orações complexas em que houve inserção de um objeto direto oracional por meio de T_{inf} . Isso demonstraria que as relações entre os componentes frásicos não são as mesmas para as duas orações:

(1) *Pedro aconselhou algo a João.*



João consultar um médico.

(2) *Pedro prometeu algo a João.*



Pedro consultar um médico.

Essa é uma solução interpretativa, mas também se poderia aplicar uma solução transformacional para demonstrar a diferença entre as duas frases: no ciclo transformacional de ambas, a T_{inf} se superficializa da mesma maneira nas duas. Já uma transformação conjuncional implicaria também transformações modais diferentes. Cp.:

(1) *Pedro aconselhou a João que consultasse um médico.*

(2) *Pedro prometeu a João que consultaria um médico.*

Do mesmo modo, (1) permite outro jogo construcional (cf. *Pedro aconselhou João a que consultasse um médico*), a que se poderia aplicar uma T_{pass} , enquanto o mesmo não seria possível em (2).

O exposto leva a concluir que a TT é descritivamente mais adequada do que a TC porque ela explica fatos subjacentes que esta última não alcança, embora seja mais simples, o que vem demonstrar ainda que as hipóteses tipicamente empíricas em vigor na teoria lingüística não precisam necessariamente coincidir com o conceito de simplicidade tal qual ele aparece na filosofia da ciência.

Mesmo quando aceita a adequação, convém averiguar-se até que ponto a teoria explicativa de um domínio (exemplo: a linguagem) se ajusta a uma área maior como parte dela (exemplo: o conhecimento humano). Para tanto, será interessante testar o mecanismo da teoria em outros setores da área em questão como, para o caso, na história da língua, na aquisição e no uso da linguagem etc.. Logo, para ser aceita, qualquer teoria deverá sempre ser testada tanto interna como externamente.

Montagem deste manual. É uma tentativa de selecionar e ordenar o que se tem escrito sobre Sintaxe no intuito de fornecer material para quem queira informar-se das principais diretrizes da

teoria lingüística contemporânea. Pressupõe alguma familiaridade com os estudos lingüísticos, mas não é hermético a ponto de espavorir os mais leigos. Tampouco se trata de mera compilação ou resumo do que se tem escrito sobre tendências ou posturas teóricas, porque uma seleção já implica atitude crítica e um certo grau de avaliação daquilo que o autor supõe deva ser retido ou continuado em termos de investigação sintática. Nem é preciso acentuar que, nos dias atuais, se tem dado uma importância especial à Sintaxe, talvez porque só agora se tenha compreendido que é esse o componente que mais dá fisionomia à língua justamente por ser o responsável pelo seu aspecto criador.

Já vivemos a era da Filologia, já vencemos a idade da Fonética e da Morfofonética. Agora chegou a vez da Sintaxe. Com efeito, o núcleo da Lingüística pós-saussuriana, o seu polo de atração são os estudos sintáticos, que têm oferecido modelos até para a Semântica, outro setor da Lingüística até há pouco deixado também na penumbra. A pesquisa em Sintaxe tem fornecido subsídios para renovar até mesmo os estudos fonológicos que tiveram grande impulso com o advento do Estruturalismo (principalmente o do Círculo Lingüístico de Praga).

É um vezo, me parece, do ensino da teoria sintática em terceiro nível, só levar em conta a gerativa. Para chegar a esse ponto, realmente importante, foram superadas etapas nada desprezíveis e até bastante fecundas. Mesmo as publicações mais recentes que trazem no título algo como *Sintaxe* ou *Teoria Sintática* tratam quase exclusivamente da Sintaxe gerativa e transformacional. Apesar dos riscos, pretendo apresentar o que de relevante se tem feito desde que essa disciplina se tornou independente.

O conjunto que estou procurando montar considera sempre a língua como se ela fosse uma entidade fixada, um sistema em equilíbrio, vale dizer, não serão feitas considerações a respeito das oscilações e mudanças causadas pela ação do tempo na língua, nem serão levadas em conta as variações individuais. As posturas teóricas aqui arroladas, portanto, visam a fornecer elementos para construir uma sintaxe sincrônica ou acrônica da língua considerada como entidade supra-individual.

A utilidade deste estudo consistirá primeiro em localizar e compreender a teoria sintática como uma parte dos estudos lingüísticos e, segundo, em oferecer subsídios para compreender a atuação da linguagem em outras áreas: Psicologia, Sociologia, Antropologia, Filosofia.

Sei que enfrentarei, entre outras, a dificuldade de condensar e/ou de tentar unificar tendências várias que aparentemente re-

pousam sobre os mesmos princípios filosóficos e, conseqüentemente, terei que decidir sobre questões terminológicas já que alguns termos têm valores operatórios diferentes segundo a corrente, ou têm limites fluidos com relação a domínios conexos.

2. ESBOÇO HISTÓRICO

Uma leitura mesmo superficial dos textos mais representativos da ciência da linguagem revela que, embora se rastreiem referências à sintaxe como um dos componentes da gramática de uma língua, seu aparecimento como disciplina autônoma é recente. Na verdade se deve ao estruturalismo a contribuição mais importante para a independência dos estudos sintáticos, pois ele permitiu formular critérios de análise uniformes, uma vez que tais critérios tomam por base a forma externa da oração.

É evidente que, se as relações sintáticas fazem parte da linguagem humana, qualquer reflexão sobre esta última fatalmente envolverá a sintaxe. De fato, as primeiras discussões dialéticas sobre a linguagem feitas no Ocidente partiram da Grécia. Focalizavam a unidade lingüística por excelência — o signo — mas freqüentemente o colocavam no texto, relacionado com outro (s). Já no *Crátilo*, quando Sócrates expõe a Hermógenes a correspondência entre o *som* e a *coisa*, diz que as sílabas se reúnem para formar os “*onômata*” e os “*rhêmata*”, isto é, os sujeitos e os predicados, com os quais se consegue “um belo e unitário *conjunto* semelhante ao retrato realizado pela pintura, quer dizer, o *discurso*” (in Arens, *Ltca.*, 1976, p. 22). Num diálogo posterior, o *Teeteto*, Platão define o discurso (*lógos*) como ato de fazer perceptível o próprio pensamento, com ajuda da voz por meio de *onômata* e *rhêmata*. Aí, então, identifica *expressão do pensamento* com *oração* porque $S + P = O$ (in Arens, *op. cit.*, p. 26).

Aristóteles sempre opõe *ônoma* a *rema*, porque, embora não desenvolva com precisão uma teoria das partes da oração, contrapõe aquelas que ele admite. Nem Aristóteles nem Platão usam termos específicos para “língua”, “oração”, “palavra”, pois *lógos* é “discurso”, às vezes “frase”; *ônoma*, “denominação” (S), “nome”, “palavra”.

Os estóicos é que representam um passo à frente porque tentam montar uma teoria da oração quando definem predicado (*sým-bama*, para eles) e seus tipos.

Dionísio da Trácia (séc. I a. C.) em sua *Gramática* define a palavra como a menor parte da oração e esta como uma união de palavras que expressa um pensamento completo. Há oito partes da oração: nome, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção. Sua *Arte de Gramática*, porém, não contemplou a Sintaxe e, note-se, ele concebia a gramática como “conhecimento do uso normal da língua dos poetas e escritores”. Foi Apolônio Díscolo (séc. II d.C.) que incluiu a sintaxe como parte da gramática tecendo comentários novos sobre as partes da oração e o encadeamento delas na frase. Já focaliza, portanto, as conexões entre os componentes oracionais.

Na Idade Média, Prisciano (gramático latino do séc. VI d. C.) faz ressurgir a gramática de Dionísio e a de Díscolo, instituindo, portanto, uma ponte entre a Antigüidade e a Idade Média. Dos seus dezoito livros, os dois últimos são dedicados à sintaxe.

No *Doctrinale*, de Alexandre de Villa-Dei, do ano de 1199, já se faz alusão às classes de orações (*constructio*).

Já na época moderna, Sánchez, gramático espanhol do século XVI, colocava a oração como objeto central da gramática (cf. *Minerva seu de causis linguae latinae* — 1587).

A gramática de Port Royal (1660) enfoca a oração do ponto de vista lógico e psicológico. É o nascimento da *Sintaxe Psicológica*. Nessa fonte se abebera a tradição gramatical portuguesa e brasileira.

Os gramáticos franceses do século XVIII (exemplo: Beauzée) vêem a língua como um sistema lógico e analítico; por isso dão lugar de relevo à Sintaxe (lógica e psicológica). Procuravam construir uma gramática geral ou ciência dos princípios inalteráveis da língua falada e escrita, tal como aparecem em toda língua particular.

As raízes da Lingüística como ciência estão na Alemanha no decorrer do século XIX. Aí se formou o grupo dos comparatistas cujo objetivo central era explicar a língua como um organismo que nasce, cresce e morre. Por aí se percebe a orientação naturalista e a vinculação com a História. Tal como a História Natural, que fez da Anatomia sua disciplina piloto, assim também a Lingüística Comparada dá prioridade à Fonética e à Morfologia, em detrimento da Sintaxe, vista como mero emprego das formas. Do mesmo modo como o anatomista só admite o que é materialmente observável, também o lingüista só pode ocupar-se dos *sons* e das *formas* e não das *relações*, que são imateriais.

É por isso que a grande produção do comparatismo faz pouca alusão à sintaxe ou coloca-a como um resíduo dos estudos filológicos. Por exemplo, Pott (*Etymologische Forschungen...* 1833/36 — *Pesquisas Etimológicas*) diz que a gramática não pode prescindir da Filosofia, sobretudo na Sintaxe. Já apresenta a significação como resultado de relações no enunciado porque o contexto é cossignificante. Diz ainda que o verbo, como a frase, tem três componentes principais — raiz, vogal de união (= vogal temática) e desinência — que são os representantes do predicado, da cópula e do sujeito. Por aí se percebe que ele se filia à corrente segundo a qual toda frase é do tipo copulativo (exemplo: *A ave voa* <*a ave é voadora*). Mesmo Curtius, que se preocupava com um alcance maior da Lingüística, só faz alguma referência à sintaxe para observar que nela também há um antes e um depois. Dá ainda prioridade à morfologia quando diz que a delimitação do uso é infinitamente mais tardia que a criação das formas (cf. *Zur Chronologie der indogermanischen Sprachforschung — Sobre a cronologia da pesquisa lingüística indo-européia*, 1876, p. 10).

Com os neogramáticos, grupo de reação ao aspecto naturalista do comparatismo ortodoxo, o estatuto da Sintaxe não melhora muito. Ela é vista, quando muito, sob o ângulo psicológico. Meillet, um dos últimos deles, não acreditava na autonomia da Sintaxe. Para ele, uma língua se define por um sistema fonético, um sistema morfológico e um vocabulário, entendendo o primeiro como *maneira de pronunciar*, o segundo como *gramática (sic)* e o terceiro como *certas maneiras de designar as noções* (cf. *L.H.L.G.*, 1948, p. 83-84).

Só no final do século XIX é que aparecem as primeiras preocupações com a sistematização dos estudos sintáticos até então sufocados pela Fonética e pela Morfologia. John Ries, num artigo publicado em 1894, intitulado “Was ist Syntax?” (Que é Sintaxe?), coloca a sintaxe como divisão lógica da gramática, discutindo criticamente duas posições radicais: a Sintaxe como *teoria da oração* e como *significação da oração e das formas das palavras*. Reclama ainda a necessidade de critérios formais na abordagem dessa disciplina. Mesmo assim, toda teoria lingüística de inspiração alemã, quando não segue os antigos caminhos do comparatismo histórico e naturalista, interpreta os fenômenos lingüísticos como *conjuntos, estruturas e configurações* tal qual se fazia na Psicologia ou na Filosofia da Cultura de Spengler. Assim, a linguagem é considerada como uma *totalidade* por Bühler e Cassirer. O interesse pela forma interna e pela investigação do significado leva ao interesse pela frase como *forma expressiva autônoma mínima* e, daí,

ao interesse pela Sintaxe. Ao lado das considerações psicológicas sobre a oração (cf. Wundt, *Völkerpsychologie — Psicologia dos povos*), aparecem as discussões lógicas de Wittgenstein, que sempre considera a linguagem como uma estrutura.

Porzig, num estudo publicado em 1924 (in Arens, *op. cit.*, p. 671), reclama para a Sintaxe a aplicação dos pontos de vista da Lógica de Husserl, que foi quem primeiro demonstrou a independência entre a significação e os processos psíquicos. Postula uma sintaxe fenomenológica, que procura leis próprias independentes desses processos⁸.

Weisgerber, que retoma o pensamento humboldtiano da *forma interna*, considera a língua não só como meio de compreensão, mas também como produto social objetivo ou herança cultural anterior a cada indivíduo que faz parte da comunidade lingüística. Em *Muttersprache und Geistesbildung*, 1929 (*Língua materna e formação intelectual*), nota que os procedimentos sintáticos (tipos de relação, colocação, gradações de ênfase, intonação) são tão reais e concretos quanto os demais elementos lingüísticos.

Na Rússia, a ciência da linguagem, no que não coincide com a orientação germânica, chega ao estágio moderno com Meshchaninov, discípulo atenuado de Marr e, portanto, seguidor de uma orientação historicista e sociológica. Apesar de conceder igual importância à forma e ao conteúdo, coloca os estudos sintáticos em primeiro plano, acima da Morfologia.

Embora os estudos científicos da linguagem datem do século XIX (para o Ocidente é claro), a autonomia da Lingüística é bem mais recente, do início deste século. Foi Saussure que, definindo-lhe (ou delimitando?) o objeto: a língua, construiu os alicerces de sua independência. Antes disso, como vimos, nossa ciência cresceu ao lado de outras, delas tomando emprestados métodos, técnicas e até conceitos operatórios. Não estranha, por conseguinte, que o conceito e a importância das disciplinas lingüísticas (aí incluída a Sintaxe) oscilem de período a período, segundo a ciência que sirva de modelo à Lingüística. Para Saussure, a gramática se ocupa do sistema de valores coexistentes e compreende a inter-relação da Morfologia, da Sintaxe e da Lexicologia. Por isso, não pode haver separação entre Morfologia (estudo das formas) e Sintaxe (estudo das funções). As relações sintagmáticas e associativas são os únicos

8. A fenomenologia de Husserl é um método para abstrair os elementos absolutos e transcendentais que dão sentido lógico ao real.

princípios em que se assenta o estudo gramatical, daí resultando a solidariedade entre forma e função.

As posturas teóricas saussurianas constituem o ponto de partida do estruturalismo, período em que a Sintaxe alcança seu estágio adulto e conquista sua autonomia como disciplina lingüística, chegando até a predominar como campo de pesquisa, desde as formulações da teoria gerativa.

Da manipulação dos conceitos operacionais básicos do estruturalismo, resultaram as diversas tendências da Sintaxe Estrutural. Assim, no Círculo Lingüístico de Praga, dando prioridade à função do sistema, cria-se a Sintaxe Funcional com Mathesius, cujo herdeiro mais próximo foi Martinet, na França.

A Glossemática praticamente identifica forma e função por considerar forma como relação das unidades no sistema e função como relações puramente formais. Admite que a linguagem é um sistema semiótico particular composta de dois planos — o da expressão e o do conteúdo — cada um deles comportando uma forma e uma substância ou manifestação concreta. Logo, nos dois planos há relações sintagmáticas e paradigmáticas, ou seja, os princípios de organização de cada plano são equivalentes ou isomórficos. É uma razão por que não é necessário operar com conceitos como os de morfologia ou de sintaxe.

Os lingüistas americanos, herdeiros de Boas, Bloomfield e Sapir, entendem forma como estrutura mórfica e função como relação entre as estruturas. Daí desenvolver-se toda uma Lingüística Descritiva com base em conjuntos de postulados ou princípios gerais de descrição como os de Bloomfield, os de Trager e os de Bloch. Neste contexto, a teoria sintática toma a forma de uma descrição, já orientada psicologicamente à maneira tradicional junto aos sapirianos, como a tagmêmica de Pike, já mais mecanicamente junto aos seguidores de Bloomfield, como a análise em componentes imediatos (CI_s) de Wells e as técnicas distribucionais de Harris.

Intermediária entre o descritivismo americano e a Glossemática de Hjelmslev, está a teoria estratificacional de S. Lamb, que concebe a língua como um sistema de estratos inter-relacionados. Para ele, a análise lingüística pode tomar duas direções: *tática* e *realizacional*. A primeira permite estabelecer classes paradigmáticas e suas combinações em sintagmas, e a segunda compreende duas operações fundamentais: agrupamento (horizontal ou vertical) e separação (horizontal ou vertical). Assim:

- 1 — Agrupamento horizontal: Unidades de um nível que se combinam para formar uma unidade de outro nível no

estrato superior. Exemplo: *fonemas*→*morfemas*: p + ε
→ pé.

- 2 — Agrupamento vertical: Dois ou mais elementos de um estrato inferior realizam uma só unidade do estrato superior. Exemplo: *sapat* + *eiro* (dois morfemas) > *sapateiro* (unidade léxica).
- 3 — Separação horizontal: Um elemento de estrato inferior realiza concomitantemente duas ou mais unidades de estrato superior. Exemplo: *à* / *a:* / → é realização fonética conjunta de dois morfemas *a* (art.) e *a* (prep.).
- 4 — Separação vertical: Dois elementos de estrato superior têm uma só realização em estrato inferior. Exemplo: / *s* / → fonema que representa os morfemas *-s* (plural) e *-s* (segunda pessoa).

Neste tipo de operação, também se prescinde do conceito de Sintaxe.

No fim da década de 50, as sintaxes funcionais ou puramente descritivas começam a perder terreno para a Sintaxe Transformacional, cujas primeiras formulações se devem a Harris (*Co-occurrence and Transformation in Linguistic Structure*, 1.^a apresentação, 1955) e principalmente a Chomsky (*Syntactic Structures*, 1957). É quando a Sintaxe reconhece seu próprio objeto ou campo de atuação visto que, até então, estava mais próxima de uma Morfossintaxe do que de uma Sintaxe estrita. Embora as primeiras apresentações de Chomsky não deixem bem claros os limites e as relações entre componente sintático e o semântico da língua, os refinamentos posteriores quer do próprio Chomsky (cf. a teoria de *Aspects...*, 1965) quer de seus adeptos, permitiram construir uma teoria sintática cujo nível de adequação se tem ajustado cada vez mais às exigências de uma teoria da linguagem em geral e até do próprio conhecimento humano.

No tocante à teoria sintática, o modelo de Chomsky veio substituir com vantagens as demais propostas americanas, ou seja, a análise em CIs de Wells, a gramática construcional e a de item e arranjo, de Hockett, a gramática estratificacional de Lamb, a análise de cadeias de Harris e até mesmo a tagmêmica de Pike, que é uma técnica semelhante à de *supressão e deslocamento*, empregada por Glinz em 1944.

As posturas teóricas de Chomsky, mercê de seu alcance com relação ao comportamento e conhecimento humanos, praticamente dominam as pesquisas lingüísticas atuais tanto na América como na Europa, e mesmo na Rússia.

Isto não quer dizer, porém, que outras técnicas tenham sido completamente abandonadas. Ainda se faz descrição sintática segundo moldes tagmêmicos, distribucionais e outros.

3. CONCEITOS DE SINTAXE

Como tentarei uma exposição dos progressos alcançados pelos estudos sintáticos, talvez seja conveniente fixar alguns posicionamentos de ordem prática. Primeiro, não estou preocupado com a seqüência cronotópica das teorias apresentadas; segundo, trabalharei com três conceitos de Sintaxe, assim enumerados e rotulados:

- S₁ — Sintaxe Psicológica
- S₂ — Sintaxe Estrutural
- S₃ — Sintaxe Transformacional

Esses três conceitos têm em comum o fato de sempre se ocuparem com uma combinatória de unidades que parte de dois princípios fundamentais: a *sucessão* e a *linearidade* do discurso. Por outro lado, as três Sintaxes se distinguem entre si pela concepção de linguagem e de língua adotada, pelos objetivos, pelos métodos e procedimentos analíticos empregados. Isso faz que seus resultados sejam diferentes quer quanto à profundidade quer quanto ao grau de generalização alcançado.

A Sintaxe Psicológica (S₁) volta-se para uma teoria da oração tentando compreender sua natureza e composição para chegar a uma taxionomia das partes do discurso. Partindo de uma concepção mentalista de linguagem, tem caráter psicológico justamente por apoiar-se nas *intenções de comunicação* do falante, fator exterior ao sistema lingüístico em si. Por esse motivo, preocupa-se com a estrutura lógica da oração, que também é definida em termos lógicos e/ou psicológicos. O método utilizado é de natureza introspectiva e, ainda que se ocupe muito de orações particulares, seu objetivo principal é chegar à estrutura lógica, e, portanto, universal, da linguagem humana.

A Sintaxe Estrutural (S₂) procura compreender a natureza das relações sintáticas, a partir da estrutura interna da oração. Tem caráter sintagmático por focalizar a combinatória de morfemas. Considera a língua como uma entidade imanente cuja estrutura é passível de uma descrição minuciosa em vários níveis. Interessa-se

por fornecer modelos de descrição a partir de generalizações indutivas. Sua preocupação maior é descobrir técnicas precisas de segmentação do enunciado, pois seu princípio fundamental é o da *análise* ou *segmentação*.

A Sintaxe Transformacional (S_3) tem por objetivo central construir uma *teoria da linguagem* que seja capaz de explicar todas as facetas do comportamento lingüístico dos falantes nativos de uma língua. É evidente que, por intuição, o falante sabe muita coisa a respeito dos sons, da estrutura, da significação e dos modos de usar as orações, mas compete ao lingüista fornecer uma exposição tão explícita quanto possível da complexidade desse conhecimento. Tal exposição, necessariamente ligada a uma teoria mais geral, deverá demonstrar como os falantes são capazes de *associar* uma significação a uma cadeia de sons. Descrever e explicar a natureza dessa associação constitui o objetivo essencial da teoria sintática. Como teoria, isto é, como conjunto de hipóteses a respeito do fenômeno sintático, seu grau de objetividade e de generalidade é o mais avançado possível. Daí sua natureza abstrata e seu método adequado, o método dedutivo.

Pelo visto, são bem distintas as tarefas de cada uma dessas Sintaxes.

A S_1 tenta explicar relações semânticas subjacentes aos enunciados, classicamente rotuladas como sujeito, predicado, objeto e atributo. Operando com conceitos lógicos e psicológicos, toma sempre a estrutura da oração gramatical como determinada pelas leis do juízo⁹. A interpretação e a explicação de fatos sintáticos se baseia quase exclusivamente na forma lógica de os componentes da oração se agruparem em torno de seus elementos nucleares: o sujeito e o predicado. Este é o ponto de vista psicológico, que admite uma sintaxe regular e uma irregular porque é a atitude psicológica do falante que determina a alteração de padrões e as construções singulares.

A S_2 procura construir um modelo analítico e, portanto, interessa-se fundamentalmente por critérios e técnicas de segmentação e de identificação dos segmentos. O modelo analítico adquire a forma de *matriz*, ou seja, de um esquema abstrato ou arranjo ordenado de casas estruturais que serão preenchidas por unidades adequadas. Nesse sentido toda sintaxe será estrutural e deverá des-

9. O conceito, o raciocínio e o juízo são as três operações da inteligência. O juízo permite decidir se duas idéias se relacionam ou não, pela comparação entre elas.

crever não somente os diversos padrões oracionais existentes na língua, mas também as relações entre os elementos gramaticais que os compõem.

Enquanto a S_1 utiliza mais freqüentemente o conceito de palavra (ver p. 23) e, portanto, se preocupa também com a parte externa da organização oracional — a ordem das palavras e acidentes comuns como concordância e regência —, a S_2 toma o morfema como unidade básica, tratando a seqüência de morfemas, em nível vocabular, como uma *Sintaxe menor*, e, em nível oracional ou de teoria do enunciado, como *Sintaxe maior* ou *Sintaxe*, simplesmente.

A S_3 procura construir *modelos*, ou seja, entidades gerais que, refletindo as propriedades fundamentais do sistema que descrevem, são capazes de gerar objetos sintáticos: as orações.

Tanto a S_1 como a S_2 focalizam a frase realizada, isto é, trabalham com produtos lingüísticos que pretendem descrever e classificar. Já a S_3 é uma teoria da competência do falante e se interessa pelas estruturas dos enunciados independentemente de sua realização concreta. Por isso tem um cunho dinâmico e preditivo que as outras duas não têm. Enquanto a S_1 e a S_2 , por seu caráter analítico, recobrem, na investigação, a etapa de identificação de unidades, a S_3 , por sua natureza sintética, cumpre ainda a etapa de construção e/ou reprodução.

Em resumo, os objetivos de cada uma dessas Sintaxes são bem nítidos:

- S_1 — Compreender a estrutura oracional em termos de partes do discurso.
- S_2 — Compreender as relações sintáticas no enunciado.
- S_3 — Compreender os princípios gerais de construção das orações pelos quais se veicula um sentido através de uma seqüência fônica.

Como cada modelo de descrição, para ser completo e satisfatório deve ajustar-se plenamente a seus objetivos, pretendo apresentar três amostras — S_1 , S_2 , S_3 — que, adequadas por si mesmas, só poderão ser argüidas de incompletas quando comparadas entre si e, portanto, cobrindo um número diferente de fenômenos ou, então, os mesmos fenômenos focalizados por ângulo diferente. Além disso, pretendo demonstrar como uma proposta não anula completamente a outra, pelo contrário, contêm elas pontos de ligação entre si, afora as concepções, técnicas e métodos próprios.

Referências bibliográficas

- Bach, E., *Syntactic Theory*. Nova York, Holt, Rinehart and Winston, 1974 (Abrev.: *Synt. Th.*).
- Chomsky, N., *Current Issues in Linguistic Theory*. Haia, Paris, Mouton, 1970, 5.ª ed. (Abrev.: *Current Issues...*).
- Meillet, A., *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris, Champion, 1948 (Abrev.: *L. H. L. G.*).
- Porzig, W., "Die Aufgaben der indogermanischen Syntax" (Os problemas da sintaxe indo-européia), in: H. Arens, *La Lingüística. Sus textos y su evolución desde la antigüedad hasta nuestros días*. Madrid, Ed. Gredos, 1976 (versão espanhola de José M. D. R. López), 2 vols. (Abrev.: *Ltca.*).
- Tartaglia, P., *Problems in the Construction of a Theory of Natural Language*. Haia, Paris, Mouton, 1972 (Abrev.: *Problems...*).